

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO PAGAMENTO
DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 53
(sem revisão final)

27 de fevereiro de 2019
(18,07 h – 20,18 h)

Ordem do dia: Audição do Dr. Luís Amado, Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP

Presidente da Comissão: Luís Moreira Testa
Emídio Guerreiro

Deputados:

António Cardoso (PS)

Jorge Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

António Topa (PSD)

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Muito boa tarde a todos, estamos em condições de iniciar esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

Eram 18 horas e 7 minutos.

O único ponto da ordem de trabalhos de hoje é a audição ao Dr. Luís Amado, a quem recordo — embora já não deva ser uma novidade para si, uma vez que deve ter acompanhado alguns destes trabalhos — que dispõe de cerca de 15 minutos para fazer uma intervenção inicial.

O Sr. Dr. **Luís Amado** (Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP): — Não preciso de tanto tempo.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Não tem sido hábito cercearmos a intervenção do depoente e, portanto, contará com essa tolerância por parte da Comissão.

Depois, haverá uma primeira ronda de pergunta/resposta, que hoje começa pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em que cada grupo parlamentar dispõe de 8 minutos para fazer perguntas e há tempo livre para as respostas. Numa segunda ronda, serão dados 5 minutos a cada grupo parlamentar para perguntas, sendo, no final, dada resposta conjunta pelo depoente a todos os grupos parlamentares. Com o decorrer dos trabalhos, veremos, então, se haverá necessidade de se fazer uma terceira ronda, com 3 minutos disponíveis para cada grupo parlamentar.

Sr. Dr. Luís Amado, seja bem-vindo. Tem a palavra.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Vou ser muito rápido, até porque não tenho nenhuma intervenção inicial, e estarei à vossa disposição para todas as questões que me queiram colocar.

Como sabem, tiveram ontem uma exposição do Dr. António Mexia que excedeu largamente o tempo regimental e eu, pelo contrário, compensar-vos-ei hoje, sendo muito parco nas minhas palavras iniciais.

Em primeiro lugar, queria agradecer a possibilidade de estar aqui, pois é sempre um prazer vir a esta Assembleia. Estava agora a recordar que fui eleito quatro vezes para esta Assembleia, por três círculos diferentes do País, e, portanto, sinto sempre uma certa nostalgia quando regresso à Assembleia da República.

A primeira nota que gostava de vos deixar é a de que estou aqui na qualidade de presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, para a qual fui eleito, em abril do ano passado, em lista subscrita e assinada por todos os acionistas de referência com presença no Conselho e, portanto, a minha presença à frente deste órgão é relativamente recente. Era vice-presidente, eleito no mandato anterior, ao qual presidiu o Prof. Eduardo Catroga, que também já teve oportunidade de se pronunciar perante esta Comissão.

Como segunda nota, devo dizer que, naturalmente, acompanhei as intervenções que aqui foram proferidas pelos, hoje, meus colegas de empresa, em particular as do Dr. João Manso Neto, do Prof. Eduardo Catroga e do Dr. António Mexia, que, com a autoridade técnica que lhes é reconhecida e, sobretudo, com a experiência de terem vivido um processo que não acompanhei da mesma forma, tiveram possibilidade de transmitir as informações, exaustivamente, a esta Comissão.

Como é óbvio, não me afastarei dos seus argumentos, do seu relato dos factos, precisamente porque trabalhamos em conjunto, no âmbito dos órgãos sociais do Conselho Geral e de Supervisão, e, nesse plano, temos

acompanhado todos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Em todas as reuniões do Conselho Geral e de Supervisão temos feito o acompanhamento, mês a mês, do desenrolar destes acontecimentos, seguindo com particular atenção o trabalho desta Comissão, e nesse contexto, naturalmente, temos acompanhado as audições que têm sido objeto de intervenções diretas de membros da EDP.

Como terceira nota, como compreenderão, nesta fase da vida da EDP preocupa-me, sobretudo, o seu futuro. A EDP é uma empresa cotada em bolsa, com sede em Portugal, uma das poucas multinacionais que o País tem e uma marca de referência no setor energético internacional, em particular no setor das energias renováveis, onde é, sem dúvida, uma das marcas mais proeminentes em particular no contexto europeu.

Depois de um longo processo de privatização, a EDP é uma empresa que tem hoje muitos acionistas estrangeiros e poucos acionistas portugueses. Há um grupo minoritário de acionistas portugueses e, de facto, é hoje uma empresa detida, sobretudo, por capital estrangeiro, onde o Estado português não tem qualquer participação, como sabem. É, por isso, uma empresa muito exposta ao mercado de capitais e à sensibilidade dos investidores internacionais, quando estes fazem as suas opções de investimento.

O que gostaríamos era, naturalmente, que a Comissão de Inquérito concluísse o seu trabalho e produzisse o seu relatório, do qual se extrairão todas as consequências, como é óbvio, mas a nossa preocupação é passar rapidamente esta página da história da EDP e garantir a estabilidade de que a empresa necessita para continuar a afirmar a sua capacidade técnica e empresarial reconhecida internacionalmente. É essa a nossa preocupação e é também nesse contexto que aqui estou, com total abertura para responder às questões que queiram colocar e em que possa ser útil nos esclarecimentos que a Comissão procura obter.

Relativamente ao tema em concreto das rendas excessivas, houve, ao longo destas sucessivas audições, designadamente com a participação de membros da EDP, creio eu, um esclarecimento muito exaustivo dos factos em causa e, em particular, dos contratos em causa, mas estarei à vossa disposição para dar os esclarecimentos que entendam que ainda podem ser úteis.

O Sr. **Presidente** (Luís Moreira Testa): — Como havia referido, começamos com a primeira ronda de perguntas formuladas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado António Cardoso.

O Sr. Dr. **António Cardoso** (PS): — Sr. Presidente, em nome do Partido Socialista, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Luís Amado, agradecendo a sua presença e esperando que nos deixe fortes contributos que possam ajudar esta Comissão de Inquérito a atingir os objetivos para que foi constituída.

O Sr. Dr. Luís Amado é licenciado em Economia, foi Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e à Assembleia da República. Desempenhou pela primeira vez funções governativas em Governos chefiados pelo Eng.º António Guterres, no XIII Governo, começando por ser Secretário de Estado Ajunto da Administração Interna e passando, depois, para Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, repetindo isso no XIV Governo. Em 2005, voltou ao Governo — que na altura era liderado pelo Eng.º José Sócrates — como Ministro dos Negócios Estrangeiros e, no Governo seguinte, no XVIII Governo, também ainda liderado pelo Eng.º José Sócrates, assumiu a função de Ministro da Defesa Nacional. Resumindo, entre 1996 e 2011, teve uma distinta e prestigiante

carreira governativa na Administração Interna, nos Negócios Estrangeiros e na Defesa Nacional. Ou seja, um pouco afastado da área em debate.

De 2012 a 2018, esteve em serviço profissional na banca e, de meados de 2018 até ao momento presente, é presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP.

Esta introdução serve para fasear a minha intervenção em três níveis. Num primeiro momento, na qualidade de governante, do nosso conhecimento, o Sr. Doutor nunca teve qualquer ligação direta às decisões estratégicas na área da energia, nomeadamente nos CAE (contratos de aquisição de energia) e nos CMEC (custos de manutenção de equilíbrio contratual). Naturalmente que, tendo estado no Governo, participou em reuniões do Conselho de Ministros, de Secretários de Estado e, eventualmente, terá acompanhado a elaboração de programas do Governo, pelo que pergunto: alguma vez participou ou foi interpelado a dar pareceres sobre as virtudes ou os méritos dos CAE ou dos CMEC?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não.

O Sr. Dr. **António Cardoso** (PS): — Ainda como governante, não ignora, naturalmente, a decisão do executivo de António Guterres em alargar, em 1996, os CAE, criados em 1995, às centrais de produção de eletricidade da EDP, no sentido de captar investimento estrangeiro numa altura em que o Estado não tinha recursos para investir no reforço das nossas capacidades de eletroprodução dada a dependência energética do exterior.

O estabelecimento de um quadro regulatório viria a viabilizar a privatização da EDP. A sua presença na presente audição, como já foi dito, prende-se com alegadas ilegalidades praticadas no setor energético, com destaque especial para as chamadas rendas excessivas, que neste momento estão sob investigação do Ministério Público, relativamente aos contratos

efetuados entre o Estado e os eletroprodutores, nomeadamente a EDP, no âmbito das rendas garantidas através dos CAE e dos CMEC, celebrados durante os Governos de António Guterres, de Santana Lopes e concluídos com o Eng.º José Sócrates.

Não tendo qualquer responsabilidade governativa, mas estando inserido no Governo, como comenta estas decisões?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Do meu ponto de vista, foram decisões perfeitamente justificadas pelo contexto de transformação que o setor conhecia, depois de medidas de liberalização em curso em alguma geografia da Europa, e estou a lembrar-me, por exemplo, do Reino Unido, onde a transição para o mercado *spot* foi mais rápido, mas em que a pressão da reforma do setor no âmbito da legislação europeia impunha necessariamente aos Estados nacionais uma adaptação legislativa e normativa às condições de privatização também para o setor. Foi esse processo que acompanhámos e que justificou a transição dos contratos em causa para os CMEC, mais tarde.

Acompanhei esse processo, como sublinhou, à distância, do ponto de vista das responsabilidades que tinha relativamente à política do setor, uma vez que eu não tinha responsabilidade direta na política do setor. Terei estado, seguramente, em alguns conselhos em que as questões de política energética foram objeto de discussão, mas a tutela desse setor não era da minha responsabilidade.

Portanto, acompanhei seguramente os debates nesse domínio, mas não tenho referência de memória dos mesmos. Sei que, sobretudo no plano da transição para uma política mais de «bandeira» nas energias renováveis, o envolvimento do Governo, no seu conjunto, foi mais evidente, mas, tal como sublinhou, não acompanhei diretamente essa responsabilidade. Não tive responsabilidades diretas nesse processo, mas o processo em causa, de

adaptação do sistema elétrico português às condicionantes da integração no espaço europeu, foram uma exigência que se colocou tanto ao Governo do Eng.º António Guterres como ao Governo do Eng.º José Sócrates.

O Sr. Dr. **António Cardoso** (PS): — Quando chegou ao primeiro Governo do Eng.º José Sócrates teve conhecimento de que o Governo anterior, do Dr. Santana Lopes, tinha garantido à EDP, sem concurso, o domínio público hídrico das barragens por mais 25 anos.

Estando, atualmente, a trabalhar na área da energia, e com o distanciamento possível do cargo que exerce, qual é o seu entendimento sobre esta concessão sem concurso público?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Ouvimos as justificações que foram dadas pelos principais protagonistas e, portanto, não tenho nada a acrescentar.

O que sei — e a minha convicção alicerça-se, sobretudo, nesse domínio — é que a Comissão Europeia pronunciou-se de forma a não pôr em causa essa extensão do domínio público hídrico da EDP. Nesse domínio, o que me interessa é, sobretudo, analisar objetivamente os factos em causa e a decisão mais importante e mais fundamentada, que, do meu ponto de vista, deve nortear a nossa apreciação da situação nesse processo, é, justamente, a deliberação da União Europeia, que não só não põe em causa a inexistência de concurso, pelas razões que, tanto quanto pude ouvir, aqui foram ontem exhaustivamente explicadas pelo Dr. António Mexia, como também não põe em causa os valores que foram, entretanto, envolvidos nesse processo.

O Sr. Dr. **António Cardoso** (PS): — Passando a uma segunda fase, entre o período de 2012 e 2018, o Dr. Luís Amado esteve na banca e, como tal, é incontornável a sua ligação ao mundo empresarial. Ainda durante este

período, teve conhecimento e foi confrontado com alterações legislativas bastante significativas no mercado energético.

Pergunto, em primeiro lugar, se teve alguma ligação a empresas eletroprodutoras de energia elétrica e, em caso afirmativo, se constatou reações negativas dessas empresas perante as novas exigências do mercado energético.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não, não tive ligações e, como tal, respondendo objetivamente à sua pergunta, não acompanhei nenhuma situação desse tipo.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Portanto, não teve ligação nenhuma ao mundo empresarial.

Entretanto, há declarações públicas, produzidas por um ex-presidente da Autoridade da Concorrência (AdC), acusando os grandes grupos eletroprodutores de terem sido altamente protegidos nos seus contratos, mesmo durante o período em que a troica cá esteve, durante a austeridade. Em relação a esses contratos, também o ex-Secretário de Estado da Energia, Sr. Eng.º Henrique Gomes, os apelidou de «negócios da China».

Que comentário faz a estas duas declarações públicas?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não comento. As pessoas são livres de fazer declarações.

Estou preocupado em averiguar os factos relevantes, sobretudo do ponto de vista da avaliação da política energética seguida, e as decisões tomadas, ao nível da avaliação sobre a qualidade jurídica dessas decisões. Como sublinhei, são fundamentais para mim as deliberações da Comissão Europeia, uma vez que muitas dessas orientações de mudança de quadros

normativos e legislativos decorriam das pressões que, do ponto de vista da legislação europeia, se colocavam ao setor nacional.

Nesse contexto, do meu ponto de vista, as apreciações feitas pela Comissão Europeia são a referência fundamental para mim. Todo o ruído à volta destes processos, do meu ponto de vista, é irrelevante, embora eu reconheça que, do ponto de vista do objeto desta Comissão de Inquérito e da avaliação que os Srs. Deputados terão de fazer, essas considerações tenham de ser tidas em conta. Agora, do meu ponto de vista, não é essa a prioridade que estabeleço nos critérios de abordagem a essa situação.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Portanto, digamos que, no período de 2012 a 2018, não houve ligação ao mercado energético sobre a qual possa adiantar qualquer reação menos positiva...

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Fui Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP de 2015 até 2018. Fui Vice-Presidente do Prof. Eduardo Catroga e fui eleito Presidente, com o estatuto de independente, na última assembleia geral eletiva, em abril do ano passado.

Portanto, eu já estava na EDP como Vice-Presidente não executivo do Conselho Geral e de Supervisão.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — A partir de 2015?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — A partir de 2015.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Bom, agradeço essa correção, porque...

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Foi quando fui convidado...

O Sr. **António Cardoso** (PS): — ... estava a considerar que tinha sido só a partir de meados de 2018,...

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não, não.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — ... na altura em que foi nomeado Presidente...

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Eu disse na minha intervenção inicial que tinha sido Vice-Presidente no mandato anterior, quando o Conselho era presidido pelo Prof. Eduardo Catroga.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Não dei a devida atenção, pelo que peço desculpa.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Ora essa!

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Bom, então, neste terceiro momento, é Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, que é um órgão onde estão representados os acionistas e que tem como missão ajudar a delinear a estratégia e fazer *lobby*.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Fazer *lobby*?

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Fazer *lobby*, sim. Penso que é a expressão reproduzida nos estatutos...

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não está no regulamento nem nos estatutos.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Não garanto em absoluto, mas das informações recolhidas...

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — A função fundamental é supervisionar, acompanhar a atividade do Conselho de Administração executivo da EDP. Essa será a primeira referência...

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Bom, então, o *lobby* será da fonte onde obtive esta indicação, mas também não será pejorativo, se for no bom sentido da magistratura das influências.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Digamos que, na vida pública portuguesa, como sabe, não é um conceito que não tenha uma carga pejorativa.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Não é o melhor...

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não está institucionalizado e, portanto, não posso aceitar levemente que diga que estou num órgão de *lobby*, porque isso não corresponde à verdade das normas que regulam a atividade do Conselho.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Nessa circunstância, e estando dentro do Conselho Geral e de Supervisão, tem conhecimento de que o preço médio da energia eólica, em 2018, foi de 97,5 €/MWh, já com o efeito da aplicação do Decreto-Lei n.º 35/2013.

Verifica-se que, quando se compara o seu valor nos últimos 10 anos, em termos reais, o preço desce cerca de 4 €/MWh, o que é muito baixo, comparando com aquilo a que assistimos em outros países europeus, onde a redução chega aos dois dígitos.

Que comentário faz a esta discrepância entre os custos da energia em Portugal e nos restantes países europeus, nos últimos 10 anos?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Essa explicação já foi dada, tecnicamente, com muito mais autoridade do que aquela que posso dar.

Antecipámo-nos bastante no apoio à energia renovável, em particular no domínio da eólica. Portanto, os sobrecustos têm de ser imputados, naturalmente, à data dos investimentos, ao momento em que os investimentos foram realizados e à curva tecnológica associada.

Não podemos, por um lado, ter a vantagem de ter sido pioneiros, de alguma forma, nos investimentos no setor... Aliás, essa foi uma bandeira que o Governo do Eng.º José Sócrates, em particular, usou bastante para fazer das energias renováveis um setor de bandeira para o País, na modernização e na inovação da sua economia, em particular da produção energética.

Isso representou, eventualmente, um sobrecusto que deu uma vantagem relevante ao País nesse domínio. Hoje, estamos a falar de uma opção que claramente a dinâmica de transformação do setor indica como muito favorável a quem a fez.

Uma vantagem que a EDP tem hoje relativamente aos seus concorrentes europeus, em particular, decorre de todas as empresas do setor estarem a querer fazer hoje aquilo que a EDP já fez há, pelo menos, cinco anos, vantagem essa que hoje também beneficia o País.

O País é uma referência no processo de transição energética, em parte, porque essa opção foi feita. Dirá: «Com um sobrecusto!» Sim, porque a entrada no mercado foi antecipada e, tendo sido antecipada, os custos eram mais elevados nesse período.

Vamos caminhar muito rapidamente, quer na eólica quer, sobretudo, na solar, para uma quebra acentuada dos preços, resultante do ciclo de inovação tecnológica que decorre desse processo.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Sr. Doutor, ainda voltando aos preços, um estudo recente da ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) destaca dois factos sobre o Decreto-Lei n.º 35/2013, tendo a sua aplicação sido avaliada com um risco muito alto para os consumidores.

Em Portugal, se os consumidores tivessem pagado a energia a custos de 2014, 2015 ou 2016, na eólica, ao preço médio que a EDP Renováveis recebe em Espanha, teriam poupado 1 133 milhões de euros. Que comentário faz a esta diferença de valores da energia eólica tão substancial entre Portugal e Espanha?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não vou contestar os números da ERSE. Eles já foram contestados, como disse, por responsáveis da EDP com capacidade executiva e que têm diretamente responsabilidades nesse setor. Portanto, não vou contestar os números da ERSE.

É como lhe digo: estamos, eventualmente, com alguma margem de sobrecusto, que decorre da antecipação que fizemos de muitos desses investimentos. Portanto, em alguns desses parques, seguramente, o facto de terem entrado no mercado com uma situação tecnológica não tão atual e não tão capaz de gerar custos mais baixos reflete-se necessariamente no preço final ao consumidor.

Agora, temos de avaliar sempre esta tensão entre o consumidor e o contribuinte na política energética, precisamente porque há opções políticas que, de alguma forma, condicionam o balancear entre o interesse do consumidor e o interesse do contribuinte.

Entretanto, assumiu a presidência o Presidente, Emídio Guerreiro.

Peço desculpa, Sr. Presidente, por não o ter cumprimentado, mas não me apercebi que, entretanto, se tinha sentado, porque estava totalmente distraído a responder ao Sr. Deputado.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Sr. Doutor, tenho uma última questão.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Faça favor.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Se demorar uns segundos a mais, peço a tolerância do Sr. Presidente.

A EDP decidiu não pagar a contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE) referente a 2017. Esta contribuição foi criada em 2014 e tem sido alvo de ações de impugnação em tribunal por parte das maiores empresas eletroprodutoras.

Dos 655,4 milhões de receita fiscal com esta contribuição desde 2014, apenas foram pagos 317,37 milhões, ou seja, menos de metade do que era devido. Com a recusa da Galp e da EDP em pagar a contribuição no ano passado, o Estado arrecadou apenas 35,8 milhões dos 192 milhões de euros devidos. Por seu lado, o Governo recusa-se a comentar a decisão da EDP, lamentando esta atitude hostil que a EDP tem mantido, o que não acontecia com o Governo anterior.

O que levou a EDP a ser hostil com este Governo, ao não reconhecer a CESE?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Agradeço essa pergunta, porque acho que ela parte de um inequívoco. Não há nenhuma relação de hostilidade.

Sou favorável, ou cada vez mais favorável, aliás, a que a relação com uma empresa como a EDP, como qualquer grande empresa, se paute por

critérios de total lisura do ponto de vista contratual. Há divergências em relação à interpretação dos contratos, mas que essa divergência seja dirimida em sede própria. É assim, numa economia de mercado, havendo divergência entre os fatores económicos e o Estado, que os problemas e os conflitos devem ser dirimidos. Não há nenhuma questão de hostilidade.

Como sabe, os órgãos executivos de uma empresa como a EDP, uma empresa exposta ao mercado de capitais, uma empresa listada, assim como os seus dirigentes, têm responsabilidades e direitos fiduciários para com os acionistas, que não deixarão de ser, eles próprios, objeto de litigância, se certo tipo de atitudes e comportamentos não for assumido, no quadro da visão que têm dos interesses da empresa.

Portanto, os administradores têm de encarar sempre as suas opções, tendo em consideração os vários interesses que estão em conflito. Do meu ponto de vista, a melhor forma de dirimir esses processos de divergência na interpretação dos contratos é recorrendo ou à arbitragem ou, em última sede, à via judicial.

O ideal é evitar que haja dúvidas sobre os contratos. Sabemos que, infelizmente, em todo o processo de contratualização no setor energético, ao longo de mais de 10 anos, essa divergência tem subsistido. É por isso, aliás, que estamos aqui, nesta Comissão de Inquérito: porque há dúvidas sobre os contratos que estão em causa.

Agora, havendo dúvidas sobre os contratos, como é o caso, tem de haver uma forma de dirimir essas dúvidas. Do meu ponto de vista, em relação aos CAE e aos CMEC, como em relação ao domínio público hídrico, essa questão está dirimida, porque a Comissão Europeia, na sequência de um processo de inquirição aprofundada, tomou a sua decisão. As decisões da Comissão Europeia são, do meu ponto de vista, absolutamente incontornáveis e qualquer tribunal, como qualquer árbitro internacional, não deixará de olhar para essas peças processuais como sendo absolutamente

decisivas na formação da sua convicção jurídico-normativa. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso!

Neste caso, podem trazer os estudos, podem trazer os exemplos e as críticas de quem quer que seja. Do meu ponto de vista, enquanto responsável pela EDP, o que me interessa saber é justamente o que é que a Comissão Europeia, na sequência das deliberações que tomou, decidiu sobre essa matéria. Em última instância, não tenho qualquer dúvida de que as decisões da Comissão Europeia em sede de litigância judicial, se for esse o caso, serão devidamente tidas em consideração por qualquer árbitro ou juiz.

É isso que acho que é absolutamente crítico, do ponto de vista da avaliação que está em causa nesta Comissão, em relação às rendas excessivas. É essa a minha preocupação fundamental. A minha única preocupação foi a de ler as deliberações da Comissão Europeia sobre essa matéria, e elas são claras. Agora, que há ruído, que há dúvida, que há suspeição... Sim, mas isso faz parte da vida pública, faz parte dos processos políticos e dos processos de decisão.

Portanto, andamos nisto há muitos anos, não é? Também aqui andei durante muitos anos e sei que os processos políticos são orientados, naturalmente, por fatores que têm que ver com dúvidas, suspeitas, reservas... Mas, depois, há os factos, há a realidade e a força dos números, e é aí que temos de nos fixar, independentemente de toda a extrapolação política que possa e deva ser feita, em situações com esta complexidade, com este interesse e com este impacto público.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, cumprimento agora informalmente o nosso convidado de hoje, o Dr. Luís Amado.

Queria também agradecer ao Sr. Vice-Presidente Luís Moreira Testa, que assegurou o início desta reunião para que ela não atrasasse ainda mais do que aquilo que resultou dos trabalhos do Plenário.

Vamos prosseguir com o Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Dr. Luís Amado.

O Sr. Doutor teve uma carreira política de 25 anos. Foi responsável pelas Relações Internacionais do Partido Socialista, membro do Parlamento madeirense, Deputado à Assembleia da República, Membro do Governo entre 1995 e 2002, novamente entre 2005 e 2011, com as pastas da Defesa e dos Negócios Estrangeiros.

Quando terminou estas funções, aceitou convites para cargos não executivos em empresas da banca e da energia.

No Banif, o senhor promoveu o controlo do Banco por um Estado estrangeiro, nada menos do que a ditadura patética de Teodoro Obiang, que há três décadas domina a Guiné Equatorial e à qual já tinha aberto as portas da CPLP. Falhou essa tentativa e o atual Governo socialista não arranjou outra solução melhor do que acabar com o Banco e entregá-lo ao Santander.

Na EDP, o Dr. Luís Amado substituiu Eduardo Catroga à cabeça do órgão que representa os acionistas, o maior dos quais é outro Estado estrangeiro, a ditadura chinesa, que agora pretende alcançar o controlo total da EDP.

Dr. Luís Amado, o que lhe pergunto é se um cidadão com um quarto de século de funções políticas, que ocupou os cargos mais importantes da República, incluindo o da diplomacia, não encontraria no final desse percurso uma atividade mais adequada ao seu estatuto do que representar Estados estrangeiros, regimes detestáveis, aliás, e apoiar as suas ambições de controlo de recursos estratégicos do mesmo País que o senhor representou na comunidade internacional enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Essa pergunta está totalmente deslocada no objeto desta Comissão e da seriedade que os trabalhos desta Comissão exigem, porque é de acinte pessoal e de agressividade do ponto de vista ideológico, que não seria objeto de uma resposta, mas eu dou-lhe a resposta.

Primeiro, tive muita honra em servir o Estado português durante mais de 25 anos em funções públicas, 35 anos contando com o tempo em que fui funcionário público e ao fim de uma carreira onde só fiz serviço público, nada mais do que serviço público. Não tive qualquer avença, não tive nenhum trabalho fora do Estado e ninguém pode tocar em qualquer referência à absoluta limpeza com que exerci as minhas funções públicas. E creio que o fiz com dignidade para o Estado e tenho disso reconhecimento público no dia-a-dia, ainda hoje, apesar de me ter afastado completamente da vida pública.

Entre na vida pública por um acidente familiar e fui funcionário público e servi o Estado. Sempre tive vontade de conhecer o setor privado e a vida privada, sempre quis saber como se organiza a vida sem depender do Estado, sem depender da esfera pública e quis fazer isso. Não tenho esse direito, Sr. Deputado? No fim de uma carreira pública de 35 anos não tenho o direito de exercer as minhas competências, as minhas capacidades, na esfera privada? O que tem de negativo a esfera privada? Tem alguma coisa de negativo, Sr. Deputado? Espero que não considere que fui sujar as mãos ao aceitar, no fim de uma digna carreira política, exercer funções no setor privado! E cortei com a atividade política. Eu não tenho o exercício da porta giratória. Eu estive sempre no setor público e nunca fui ao setor privado. Nunca!

Agora, quando acabei a minha vida pública, decidi que queria fazer uma experiência ainda, durante os anos que tinha, de serviço nas empresas. Tinha uma formação económica que não pude exercer porque por circunstâncias familiares fui obrigado a trabalhar muito mais cedo e,

portanto, eu quis fazer o exercício da vida privada e fi-lo. E aceitei o convite de duas pessoas que me pediram para as apoiar num momento em que perderam o pai. Não pude dizer que não e aceitei exercer funções no Banif privado, de uma família privada portuguesa, que vivia circunstâncias difíceis justamente porque o chefe, o *líder* desse projeto morreu de uma forma inesperada e eu aceitei. Aliás, não pus em causa esse convite, tendo outros para a Galp, para a EDP, para a Caixa Geral de Depósitos; aceitei esse convite e tentei salvar o Banco e tentei contribuir para que o Banco ficasse como uma marca portuguesa que era e, em particular, uma marca forte nas duas regiões autónomas.

Provavelmente, enquanto eu fiz isso o senhor andou, com o seu partido e com as forças de esquerda, a minar as condições que dariam sustentabilidade à confiança numa instituição que era de referência portuguesa, isso sim!

E quando procurei o apoio para o Banco de Investimento Estrangeiro fi-lo também com esse intuito e com a cumplicidade das autoridades que procuravam desesperadamente encontrar uma solução de capital para o Banco. Portanto, Sr. Deputado, eu tenho as mãos absolutamente limpas em relação a todo esse processo.

Agora, vir dizer-me que estou ao serviço do capital estrangeiro?!... Eu estou numa empresa que é uma marca de referência da economia portuguesa, uma empresa com sede em Portugal, listada em Portugal, paga impostos em Portugal, e que tem um investidor que, por acaso, entrou não num Governo do qual eu fiz parte, mas num Governo posterior como investidor de referência.

Estou ao serviço do capital estrangeiro?! Sr. Deputado, do que o País tem mais necessidade hoje em dia é de capital estrangeiro e o Sr. Deputado com essa e outras atitudes o que afasta é o capital estrangeiro de que a nossa economia tanto necessita para poder crescer, pelo menos 3%, e para poder

pagar mais rapidamente a dívida e nos dar liberdade enquanto Nação e enquanto Estado. Essa é que é a grande questão que nós temos no horizonte, Sr. Deputado.

Portanto, não me venha com esse discurso. Eu respondo-lhe, como lhe respondi, mas com a mesma agressividade que está implícita na forma da sua pergunta e na atitude que ela revela.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Eu não coloquei em causa a sua carreira política. Coloquei em causa o facto de, terminada a sua carreira política,...

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Colocou em causa a minha vida, Sr. Deputado!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Eu estou a fazer-lhe uma pergunta...

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Colocou em causa a minha vida como se eu estivesse a sujar a minha vida depois de 25 anos de vida política. Isso não é correto, do meu ponto de vista, e respondo-lhe com a mesma agressividade. Peço desculpa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Eu gostava de fazer a minha pergunta.

Um dos temas da nossa Comissão de Inquérito é precisamente a forma como a política e os negócios se ligam em setores regulados como é o da eletricidade. E portanto, a pergunta que lhe faço não é deslocada do âmbito da nossa Comissão...

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Pois não. Por isso é que lhe respondo desta maneira.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Eu estou ainda a fazer a minha pergunta, Sr. Doutor.

E por isso é que a pergunta que lhe faço tem que ver com a sua carreira política e com a sua carreira empresarial. Não coloquei em causa os critérios com que conduziu a sua vida política; pelo contrário, disse que alguém com o estatuto do Sr. Doutor, depois da carreira política que teve, se não teria tido outras oportunidades de contribuir para a sociedade, contribuir para a comunidade e ganhar experiência pessoal que não pusessem em colisão com o seu estatuto anterior, nomeadamente na diplomacia.

Tratam-se de dois Estados estrangeiros que, no âmbito da sua atividade empresarial, o senhor apoiou nas suas pretensões quanto a recursos estratégicos da economia portuguesa. Eu julgo que esta pergunta não é agressiva; é uma pergunta de escrutínio, que é a função da Assembleia da República e de uma comissão de inquérito também.

Finalmente, quero referir o seguinte: os setores privados em que o senhor tem a sua experiência permitem-lhe contactar com áreas sem apoio do Estado... É bom lembrar que quando o senhor esteve no Banif, o Banco já tinha recebido cerca de 1000 milhões de financiamento público para se aguentar e, portanto, o Estado afinal tinha alguma coisa que ver com a sobrevivência daquele Banco e todos sabemos que esse dinheiro não regressou e no caso da EDP é um setor regulado, em que a sua rentabilidade é, em larguíssima medida, garantida por decretos-leis e por contratos regulados. Portanto, a ligação ao Estado e a independência em relação ao Estado é, mais do que tudo, discutível.

Com estas considerações, que visam apenas repor a correção da minha pergunta inicial, julgo que respondo à forma como contestou o que lhe disse e o que lhe perguntei.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não, não repôs, porque eu aceitei um cargo num banco que era privado, Sr. Deputado. O banco era privado. Quando foi intervencionado, pus o meu lugar à disposição, eu quis sair... Aliás, até já disse na outra Comissão de Inquérito que eu tinha dito ao Dr. Jorge Tomé: «Nós saímos do Estado e vamos voltar ao Estado». Foi-me pedido pelo Sr. Governador do Banco de Portugal que não saísse, que ficasse para manter a relação de estabilidade e de confiança no Banco.

Portanto, está a manipular factos precisamente para servir a sua tese de que eu estou nessa porta giratória dos negócios. Não é verdade, Sr. Deputado! Eu, quando estive na vida pública, não tive negócios. Estou nos negócios, não estou na vida pública, não estou na vida política. Estou no setor privado e sirvo o meu País e o meu Estado da mesma forma.

E essa presunção de que o facto de haver um capital de uma companhia estrangeira numa empresa portuguesa polui a dignidade da função que represento?! Então, nenhum Deputado que exerce funções no Estado em Portugal, nenhum Membro do Governo pode, com dignidade, representar funções no setor privado sem pôr em causa a sua idoneidade política? Isso é doentio, Sr. Deputado!

Desculpe a minha exaltação, mas acho que foi longe demais. Acho que essa manipulação da minha carreira pessoal na esfera privada ao serviço dos propósitos de evidenciar que há aqui uma porta giratória entre os negócios e a EDP não vale! E eu tinha que me indignar com a forma como colocou a sua questão, peço-lhe desculpa. Eu compreendo-a, procurou justificá-la nesse reparo, mas tinha de me indignar. porque isso não é verdade, não colide em nada com aquilo que lhe tinha dito.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Doutor, eu não apresentei o seu caso como alguma coisa muito especial, disse apenas que é mais um daqueles que por corresponderem literalmente à ideia de porta giratória... Porque a porta

giratória não é estar no Estado e no privado ao mesmo tempo. A porta giratória é a alternância entre cargos de decisão política em determinadas áreas e cargos no setor privado que foram abrangidos, digamos assim, ou tocados pelo exercício das funções políticas anteriores.

E, portanto, no seu caso isso aplica-se. É isso que quero dizer. O senhor teve uma interação diplomática fortíssima com a Guiné Equatorial e veio a ter no Banif um protagonismo particular no suporte às intenções desse Estado — não é uma empresa —, ou de uma empresa estatal daquele país na entrada no capital do Banif. Na EDP, o senhor teve uma interação diplomática fortíssima com o Estado chinês e esse Estado tem interesses fortíssimos no futuro da EDP, a cujos órgãos sociais o senhor agora pertence.

Portanto, o caso é típico, digamos assim, dessa porta giratória entre a política e os negócios e daí a minha pergunta, a qual corresponde exatamente a este critério, que é o que temos seguido nos trabalhos da Comissão, na apreciação das chamadas «portas giratórias».

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Ó Sr. Deputado, vamos clarificar isso para ver quanto equívoca é a sua posição.

Durante quase 10 anos desempenhei funções na área político-diplomática em diferentes posições no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Então, o senhor considera que estou impedido de trabalhar em qualquer projeto em que haja uma ligação a qualquer um Estado com o qual, naturalmente, Portugal, no âmbito dos 10 anos em que estive em funções, eu possa ter interagido de uma forma mais ou menos correspondente aos interesses da relação bilateral com Portugal?! Nunca vi uma tese dessas. É uma tese *ad hominem*. O senhor construiu essa opção para me identificar como uma porta giratória.

Eu não volto à vida pública, já o disse claramente, toda a gente percebeu que quando deixei a atividade política, deixei-a mesmo. Anunciei

que me afastava da vida política ativa. Era um simples militante e era um interventor público. Acompanho os debates que têm que ver com o futuro da sociedade portuguesa, acompanho a vida política aqui e ali com algum entusiasmo, mas fiz um corte claro. Portanto, não se me aplica essa tese, Sr. Deputado.

Não tenho qualquer ambição de voltar à função pública e não voltaria à função política, aliás. E, portanto, estar a dizer que estou agora na EDP, depois hei de voltar ao Governo e depois volto a... Não, isso não se aplica. Foi claro para mim que encerrei uma fase da minha vida, que foi a vida pública, uma carreira política, e quis viver ainda, nos 15, 20 anos de vida que ainda expectava, uma vida na atividade privada, a conhecer o setor privado, a conhecer como é que, do ponto de vista da organização de uma empresa, se cria riqueza na independência possível do Estado.

Dá-me o exemplo da EDP, que, de facto, tem uma interação grande com o Estado? Tem! Precisamente porque está no processo de transição em que, provavelmente, dentro de pouco tempo, essa relação será cada vez mais reduzida, precisamente porque a liberalização do setor se está a fazer e vai ao encontro, justamente, das expectativas de concorrência de cada vez mais operadores privados. Portanto, não vejo como posso pegar num caso abstrato para me confrontar nesta Comissão, no plano em que o fez, totalmente deslocado das questões que esperava que me colocassem.

São considerações de carácter mais ou menos abstrato e que visam, *ad hominem*, criar uma situação de identidade com uma situação que não reconheço e que tinha de contestar com a veemência com que o fiz.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Para terminar: não contesto a sua contestação. Acho que está no pleno direito de contestar qualquer pergunta que lhe façam.

A pergunta que lhe fiz é uma pergunta que já foi feita aqui a muitas pessoas que passaram pela Comissão de Inquérito e, no caso do Sr. Doutor, creio que ela se aplica inteiramente.

Não insinuei que o senhor tivesse intenções de regressar à vida política. O que disse foi que, por ter desempenhado os cargos que desempenhou — em particular na diplomacia portuguesa —, e pelos contactos que manteve com estes Estados, que hoje são parte interessada na atividade empresarial em Portugal, tem um valor para essas entidades, que resulta diretamente das funções que ocupou. Claro, claro! E é essa a porta giratória, essa porta giratória é que tem vindo a comprometer a credibilidade da democracia em muitos países, e no nosso também.

É que quando olhamos para a quantidade de membros de Governos e de Ministros das Finanças que foram membros dos órgãos de gestão, imediatamente antes, ou imediatamente depois de terem passado pelo Governo — e na energia isso abunda, ainda mais —, percebemos que há uma desconfiança, justificada, dos cidadãos perante este trânsito tão intenso entre os cargos que tomam as decisões e as empresas que são afetadas por elas.

Portanto, a minha pergunta insere-se inteiramente no tópico da Comissão.

Enfim, não pretendo prolongar esta polémica, porque julgo que já ambos esclarecemos as nossas posições.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Mas, ó Sr. Deputado, se tivesse desempenhado as funções de Ministro das Finanças, ou da Economia, compreendia a sua questão.

Mas o senhor vai forçar uma interpretação extensiva, de que fui Ministro dos Negócios Estrangeiros e tive relações com Governos e, portanto, por essa via, força uma situação de conflito de interesses e de incompatibilidade que é absolutamente espúria. Nunca imaginei que fizesse

essa interpretação. E por isso é que acho que fez um exercício muito de filigrana para me atingir, no argumento que pretende fazer vingar como tese desta Comissão de Inquérito.

Tinha de reagir da maneira que reagi. Se eu tivesse sido Ministro das Finanças ou da Economia não aceitava, Sr. Deputado. Não aceitava, como é óbvio.

Mas, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, nunca me passou pela cabeça. Nem nunca me passou pela cabeça, quando vim para aqui hoje,...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O Dr. Eduardo Catroga foi Ministro das Finanças e aceitou.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Mas muito depois. O senhor disse a seguir. O Prof. Eduardo Catroga foi Ministro das Finanças há muito tempo.

Mas sair de Ministro das Finanças e ir para uma empresa que tutelou? Inaceitável. Aliás, hoje isso é impossível.

No entanto, o senhor forçou uma tese, e forçou-a no plano *ad hominem*, para mim! Foi diretamente aplicado a mim. E eu não estava à espera que fizesse essa interpretação. Nunca me passou pela cabeça que me fosse fazer uma pergunta dessas. Nunca!

Estar no Ministério dos Negócios Estrangeiros é incompatível com o exercer funções numa empresa que tem relações com a China, com os Estados Unidos?

Eu presido a um *board* onde tenho chineses, espanhóis, argelinos, *emirati*, portugueses, americanos... Este é o *board* a que eu presido! Então e é porque estive com a China, estive com o Estados Unidos, estive com os árabes...?! Isso não faz sentido, é forçado. Foi forçado, Sr. Deputado, foi muito forçado. E atingiu-me na minha dignidade!

E eu reagi! E eu reagi. Reagi, como é óbvio.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, terminou?

Prosseguimos, agora, com o CDS, e dou a palavra ao Sr. Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, aceito, de bom grado e com humildade democrática.

Queria começar por cumprimentar o Dr. Luís Amado, dizendo-lhe que é um prazer revê-lo e que não lhe vou fazer perguntas sobre qualidade nenhuma de ditadura, para mim são todas más, independentemente das cores. Mas gostava de recentrar o nosso objeto da Comissão e dar-lhe oportunidade de ainda completar a resposta.

Registei que disse que tinha vontade de experimentar a atividade privada e só o posso elogiar por isso. Mas teve azar, não é, porque foi para uma empresa que, pelos vistos, conseguimos privatizar, mas que o Estado e o Parlamento perseguem, e por boas razões.

Se conseguirmos sair desta Comissão de Inquérito a perceber as fragilidades também dos privados e do Estado, e como é que podemos melhorar os mecanismos de uma relação, para que essa relação seja saudável, que o Estado possa ter a defesa do interesse público e as empresas possam ser rentáveis, cumprindo regras, seria bom.

Portanto, há uma pergunta que tem que ver com o seu caso pessoal: quem lhe fez o convite? Achou normal o convite? E como é que foi parar aqui ao Conselho Estratégico? — isto para, no fundo, responder um pouco a algumas suspeitas que possam existir por aí.

Hoje a empresa fez o último processo de privatização e, portanto, perguntava-lhe ainda se esses vários processos da avaliação, que faz enquanto observador, foram corretos: no limite, dotaram a empresa — acho

que era o objeto inicial, dotar a empresa — não só de capacidade de gestão moderna, de capital, capacidade de se internacionalizar, como está hoje.

De facto, pergunto se a avaliação que faz, desta fase final da privatização, em que havia vários interessados, com a entrada desse capital da Three Gorges, que é quem fica — havia alemães, havia brasileiros, havia muitos outros — é uma avaliação positiva ou, pelo menos, se cumpriu com o que seria o objetivo inicial dos vários governos que estiveram envolvidos nessas várias fases de privatização.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Sim... Duas questões, Sr. Deputado.

A primeira questão: fui convidado pelos acionistas, que têm assento no *board* do banco, a lista foi subscrita por todos os acionistas de referência do banco.

A empresa é, hoje, uma empresa totalmente privada, tem uma percentagem significativa de capital em *free float*, mas tem um conjunto de acionistas de referência que têm garantido a estabilidade do grupo, em particular desde a última fase da privatização, com a entrada também da CTG. Mas é esse grupo acionista que tem garantido a estabilidade dos órgãos sociais em sucessivas assembleias gerais.

Em relação aos processos de privatização, se há empresa em que os processos de privatização foram transparentes em mercado, nas suas sete ou oito fases — oito fases, pelo menos —, foi a EDP. Foram a concursos, em mercado, e não houve, tanto quanto sei, nenhuma especulação sobre todas as fases de privatização em processos concursais complexos e abertos ao mercado internacional.

Como viu, temos hoje na empresa muitíssimas empresas de diferentes geografias, diferentes economias e, em grande parte, isso decorre do processo de estabilidade e de sucesso que o processo de privatização permitiu trazer à vida da EDP.

A EDP estava numa situação difícil, como sabemos. Ela foi preparada para a privatização, cuidadosamente, e, quando a privatização foi desencadeada, logo na sua primeira fase, correspondia a uma necessidade urgente de adequar o funcionamento e a organização do nosso setor elétrico aos padrões de organização do setor em todo o continente europeu.

E nesse contexto acho que a privatização da EDP nos seus diferentes momentos foi um caso de referência em termos de transparência e de rigor com que esse processo de privatização foi feito.

Não podemos dizer o mesmo, eventualmente, em outros casos de empresas em Portugal, com a mesma segurança com que o fazemos em relação aos processos de privatização da EDP.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Doutor, o CDS não solicitou a vinda de V. Ex.^a aqui, porque, à data e dentro da fita do tempo que prosseguimos, o essencial era ouvir o Dr. Catroga.

Ainda assim, ouvimos depois do Dr. Catroga, quer o Eng.º Henrique Gomes, quer o próprio Dr. Mexia e o Dr. Artur Trindade, e há questões em que gostaria de aproveitar a oportunidade da presença de V. Ex.^a aqui para lhe perguntar sobre elas.

Assim, queria perceber um pouco melhor como é que o Conselho Geral de Estratégia acabou por tomar decisões ou teve influência nesta negociação, que decorreu da necessidade de o Estado ter — não vou dizer rendas excessivas — vou dizer, sobrecustos. E vou assumir que estamos mais em sobrecustos do que em rendas excessivas.

O memorando da troica previa cortes, o Secretário de Estado Henrique Gomes assumiu isso, e o Ministro Álvaro Santos Pereira não nega, disse: «tem mesmo de haver».

Houve divergência entre uma CESE, única, e houve até acusação de resistência do próprio Ministro das Finanças, para não prejudicar as

privatizações — não sei se isso é verdade ou não, porque, no final do dia, acabou por haver reduções de custos, sobrecustos.

E queria perceber se, no Conselho, discutiram os estudos que o Governo tinha, para justificar ou para convencer a EDP de que, em várias áreas, tinha também de contribuir, tinha, no fundo, de vir a jogo.

Queria perceber se a EDP achou isso natural, e até desejável, porque afastava um conflito, afastava o ruído e ganharia, estava convencida — não sei se estava convencida, senão teve sorte —, paz para o futuro. E queria perceber como é que discutiram: se foram discutidos estudos, que estudos é que foram apresentados, quem é que apresentou estes estudos, se foi só o Secretário de Estado Henrique Gomes ou o Ministro? Como é que esse processo foi feito? É que houve uma interação, que temos na Comissão, de um conjunto de documentos do Dr. Catroga, quer para os Primeiros-Ministros, quer para o Governo. E também foi assumido pelos próprios CEO da EDP que, de facto, houve uma interação muito forte entre a EDP e o Governo, na tentativa de encontrar aqui pontos de equilíbrio, que não prejudicassem a empresa mas conseguissem os objetivos da redução tarifária que o Governo pretendia, e assim cumprir, no fundo, o memorando da troica, que também pressupunha alguma redução de sobrecustos.

Se me pudesse explicar... Julgo que participou nessas reuniões, não sei se se lembra, mas se me pudesse explicar, agradecia.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não estava na EDP, Sr. Deputado, lamento.

O Prof. Catroga deve ter deixado aqui bastante informação sobre essa matéria, mas, como sabe, eu entrei na EDP em 2015. Esse processo já era anterior à minha chegada à EDP.

De facto, as questões relativas à interação nesse domínio subsistem e, portanto, há alguma tensão, como se tem visto. Aliás, o Sr. Deputado do PS,

há pouco, colocou, justamente, uma questão concreta sobre o pagamento da CESE.

É óbvio que essas questões estão ainda na agenda. Penso que vão estar, ainda, por algum tempo. Mas, seguramente, vão sair da agenda das relações entre a EDP e o Estado no futuro, porque a via da normalização dessas relações está em curso e teremos, seguramente, de encontrar uma forma de estabilizar as relações entre uma empresa com a importância de EDP e o Estado, em domínios como esse.

Essa fase foi uma fase crítica. Ouvi ontem, ainda, aqui mesmo, o Dr. António Mexia justificar que sim, que tinham aceitado; que, discutindo a situação do País e as dificuldades com que a economia portuguesa vivia e que as finanças públicas conheciam, a EDP tinha acordado, de facto, contribuir, por essa via, nessa fase, para o debate em curso, que se alargou a toda a sociedade portuguesa.

Mas não lhe posso clarificar os termos exatos em que esse processo de decisão ocorreu, no Conselho Geral e de Supervisão, porque foi anterior, de facto, à minha chegada.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Isso eu sabia, Sr. Doutor.

A minha ideia era perceber o racional, porque partimos daqui com alguns estudos que nos induziram — julgo que toda a gente assumiu — que há rendas excessivas e que a EDP com isso tinha lucros completamente inexplicáveis e, portanto, era preciso cortar e cortar à força toda.

A verdade é que eu, olhando para a interação, para aquilo que estava na vontade dos governantes e para aquilo que foi a proposta do próprio conselho — e nem tudo se cumpriu, porque eram sete medidas, nomeadamente: o deferimento temporal dos sobrecustos da produção em regime especial, que veio a verificar-se; a revisão da taxa de juro aplicável ao cálculo da anuidade do montante inicial dos custos de manutenção do

equilíbrio contratual, também veio a verificar-se; a eventual extinção negociada no regime CMEC, que percebi ontem, pela resposta do Dr. Mexia não esteve em cima da mesa; a reformulação dos prazos para tarifa bonificada garantida aplicável à produção de eletricidade com tecnologia eólica (parques existentes), houve uma ligeira extensão; a revisão da remuneração da cogeração sim, mas não se aplicou à EDP; estabilidade legislativas regulamentar, como se viu, ainda não se atingiu; e a captação de valor da licença de CO₂, também se verificou.

Portanto, como estava a dizer, eu, olhando para esta interação, para aquilo que estava na vontade dos governantes e para aquilo que foi a proposta do próprio conselho vejo aqui uma boa vontade da EDP em dizer: «então, vamos discutir estes temas».

Mas o que eu gostava de perceber, já com V. Ex.^a na presidência – e por isso é que pensei que houvesse essa transmissão de conhecimento –, é qual a leitura que faz da situação. Mudou o Governo é um facto, já não está o Memorando de Entendimento em cima da mesa, os cortes atingiam num prazo razoável de tempo quase 2000 milhões de euros e a EDP vê-se confrontada com um conjunto de exigências extra.

Por isso, quero acreditar, que é isso que faz com que a EDP diga: «então, os tribunais que decidam e pagaremos se e quando os tribunais decidirem», embora num dos casos a EDP já tenha aceite pagar ainda que afirmando «não gostamos, não concordamos, mas pagamos».

Portanto, gostaria de saber se no seu mandato sentiu que o Estado, mais uma vez, voltava à carga, já ao arrepio daquilo que tinha sido um acordo que se pretendia durável, presumo, pois não sei se era essa a ideia, que se previa estável e que, no fundo, daria a tal vontade que mostrou aqui a EDP de estar no mercado liberalizado, tendo-se libertado da intromissão do Estado, funcionando em mercado e jogando de acordo com as regras do mercado.

Isto, pelos vistos, não está a acontecer, daí eu perguntar se encontrou, no fundo, esse *dossier* em aberto, ou se ele estava fechado e foi reaberto pelo atual Governo.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Sr. Deputado, há, como se vê, uma tensão política no tema relativamente ao setor da energia, mas isso sabemos-lo, estamos a lidar com isso no dia a dia e, naturalmente, as mudanças políticas refletem-se, necessariamente, no setor energético.

É óbvio, mesmo como pano de fundo desta comissão de inquérito, que não podemos ignorar as perspetivas ideológicas muito diferentes que há relativamente ao que devia ter sido e ao que deve ser setor da energia no futuro em Portugal. Essa tensão ideológica também perpassa nos debates sobre o futuro do setor e não apenas em Portugal – aliás, olhando para a Europa especificamente, por exemplo, para o Reino Unido essa questão está muito viva no debate interno sobre o futuro da política energética.

A realidade que temos é que a privatização trouxe a liberalização do setor e, naturalmente, tratando-se de um bem público – a energia – há forças políticas que têm uma hostilidade muito grande em relação à privatização de um setor que devia ser considerado público e ser preservado na esfera do Estado.

É natural que essa tensão se mantenha ainda hoje e é natural que ela se reflita também na forma como as diferentes forças políticas se posicionam, designadamente perante o objeto desta comissão de inquérito e todo o historial desse processo que levou à total privatização da EDP, com acionistas privados, e com uma lógica de gestão que, sendo cada vez mais privada, também tem de obedecer a critérios mais exigentes do ponto de vista da defesa daquilo que são considerados os interesses acionistas e a estabilidade dos contratos, designadamente dos contratos firmados com o Estado.

Portanto, essa tensão está aí. O que eu disse, há pouco, foi que espero que possamos entrar, a curto prazo, quando for possível, numa fase em que a estabilidade das relações contratuais da EDP permita ao grupo concentrar-se na complexa exigência que tem neste processo de transição energética e de mudança na estrutura acionista que está em curso.

Se não formos capazes de nos concentrar nesse exercício, então teremos dificuldades mais difíceis no futuro e dificuldades maiores não apenas para a EDP mas para o conjunto da economia portuguesa e para o Estado. A tensão está aí, subsistirá, seguramente, alguns dos aspetos que referiu decorrem dessa agenda, mas penso que há hoje um ambiente de apreciação dessa agenda muito mais favorável ao entendimento futuro sobre todas essas questões.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, prosseguir, dando a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Dr. Luís Amado, agradeço a sua presença e as respostas e esclarecimentos que possa dar à comissão de inquérito.

Quero colocar-lhe uma primeira pergunta, que já foi feita, mas volto a ela, que tem a ver com o convite que lhe foi dirigido, primeiro, para o Conselho Geral e de Supervisão na qualidade de vice-presidente e, depois, para presidente – aliás, até julgo que é mais interessante o momento em que ingressa naquele órgão em 2015 como vice-presidente.

O Sr. Doutor, há pouco, respondeu à questão que lhe foi colocada de uma forma mais genérica, dizendo que tinha sido convidado pelos acionistas. Bom, nós todos tínhamos essa perceção, era essa a convicção que tínhamos, ou seja, que o senhor tinha sido convidado pelos acionistas, mas a questão é

– e para o trabalho desta comissão de inquérito é isso que importa – julgo que a pergunta, pelo menos a feita por mim, e quem a fez anteriormente terá a sua motivação, é no sentido de saber exatamente através de que contacto mais direto, através de que entidade – e, agora, eu podia fazer aqui uma brincadeira – com petições e pessoas concentradas à sua porta, esta gente toda, os acionistas todos, mas há de haver um convite que lhe foi feito, há um contato que foi feito e é nesse sentido que nós temos interesse em conhecer quem o convidou para o Conselho Geral e de Supervisão da EDP e que condições específicas para o desempenho das funções de vice-presidente, primeiro, e de presidente, depois, foram objeto de diálogo e de interação com a origem desse convite.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Sr. Deputado, os convites são organizados antes das assembleias gerais pelo grupo acionista que tem preponderância no controlo da empresa.

O maior acionista é a CTG (China Three Gorges) que faz os convites, em nome dos acionistas que estão representados no *board* da EDP, no Conselho, e que apresenta a lista à assembleia geral com a garantia de que com os votos desses acionistas que estão no conselho a assembleia geral aprova essa lista.

Portanto, a metodologia, quer em 2015 quer em 2018, foi a mesma. Nos dois casos ainda era o Sr. Yang Ya o CFO do Grupo CTG, ele abordou-me e convidou-me, na qualidade de representante da CTG, em nome de todos os acionistas representados no conselho, para vice-presidente com o estatuto de independente, uma vez que o Prof. Eduardo Catroga no último mandato era representante da CTG e na impossibilidade de o Prof. Eduardo Catroga poder renovar o seu mandato de presidente colocava-se a questão de o presidente do Conselho Geral e de Supervisão ter o estatuto de independente e eu, que já tinha sido vice-presidente com o estatuto de independente,

garanti o estatuto de presidente que o órgão devia ter a partir do momento em que o Prof. Eduardo Catroga deixou de exercer as funções de presidente.

Foi tão simples quanto isto.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pelo que percebo, essa situação verificou-se em 2015 e em 2018?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Exatamente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há aqui dois tipos de questões que tenho para lhe colocar, sendo que uma que tem a ver com o objeto mais direto desta comissão de inquérito que, como o próprio nome indica, tem a ver com as rendas excessivas e com esta questão enquanto tal, e a outra tem a ver com um outro tema que também é recorrente nesta comissão de inquérito e que, por vezes, é designado por portas giratórias, mas eu acho que, de uma forma mas prosaica, se pode dizer a relação entre o poder político e o poder económico, independentemente das questões individualizadas. Estamos a falar de questões mais politicamente mais substanciais para a nossa discussão.

Começo pelas questões que têm a ver com as rendas excessivas e com as opções políticas relativamente àquilo que o PCP ao longo dos anos tem designado por lucros de monopólio; não é uma questão de rendas excessivas só como tal.

Pergunto: como é que o Sr. Doutor e o Conselho Geral e de Supervisão, se é que tem essa reflexão, avalia o objeto desta comissão, ou seja, as rendas excessivas. Estas questões foram ou são debatidas no âmbito dos trabalhos e das reuniões do Conselho? Quais as opiniões dos investidores institucionais representados no Conselho sobre o tema? Tem sido debatido o problema dos riscos regulatórios de uma empresa como a EDP? Qual é a

perspetiva que o Sr. Doutor tem e o órgão a que preside em relação a esta matéria?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Sr. Deputado, o Conselho Geral e de Supervisão reúne ordinariamente todos os meses e, como tive oportunidade de sublinhar, tem de acompanhar a atividade do conselho de administração executiva.

É, de facto, um órgão de supervisão numa estrutura dualista que, creio, é única nas empresas portuguesas. Há um órgão de supervisão do conselho de administração executiva, estamos numa estrutura não monista como na generalidade dos conselhos de administração das empresas, designadamente das empresas cotadas, mas numa estrutura dualista em que há um órgão independente que supervisiona a atividade do conselho de administração executiva.

Portanto, toda a atividade da empresa, toda a agenda executiva é escrutinada no âmbito dessa responsabilidade genérica de supervisão da atividade do conselho de administração executiva. Assim, todos esses temas que referiu, natural e necessariamente, são objeto de interação com o Conselho ou com pontos informativos do Conselho ou, aqui e ali, como pontos deliberativos, dependendo do tema, do momento e do *timing* em que o tema é agendado.

Todos os temas que referiu, como já disse, têm sido, não apenas neste último ano mas ao longo do período em que tenho responsabilidades no Conselho Geral e de Supervisão da EDP, objeto, recorrentemente, de apreciação e de debate quer por parte dos representantes dos acionistas quer por parte dos membros independentes.

O Conselho está organizado por exigência regulamentar estatutária em condições que permitam que haja uma maioria de membros independentes relativamente aos representantes dos acionistas e é nesse formato que o

Conselho funciona, se informe, delibera e exerce as suas competências de supervisão para além da organização em várias comissões onde acompanha a atividade corrente no dia a dia.

Há quatro comissões que estão a funcionar plenamente e é no âmbito da atividade dessas comissões que se prepara a agenda do próprio Conselho nomeadamente uma parte da agenda de escrutínio ou de acompanhamento da supervisão executiva.

Esses temas são objeto na comissão de matérias financeiras e de auditoria, na comissão de governo societário, na comissão de estratégia e *performance*, ou seja, todos esses temas são apreciados, em mais ou menos detalhe, consoante a oportunidade e momento adequado para o fazer.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Têm havido deliberações em comissão ou em plenário sobre estes temas no Conselho?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Deliberações em plenário depende dos temas... Sobre que tema?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Destes de que estamos estado aqui a falar!

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — O tema dos CAE e dos CMEC decorre de contratos e, portanto, a posição é inequívoca: não há nenhuma deliberação sobre isso, pelo contrário, o debate que pode haver tem que ver com a sua aplicação ou, designadamente, com os problemas que referiu relativamente à estabilidade do quadro regulatório. Esse é um tema que preocupa hoje qualquer empresa do setor, em qualquer país do mundo e, em particular, da Europa.

A estabilidade do quadro regulatório é, do ponto de vista dos interesses e das opções dos acionistas, dos investidores, um tema absolutamente crítico e que, portanto, está recorrentemente na agenda do Conselho. Sim, é verdade.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É verdade que tem vindo a ser debatido, é verdade que não tem havido deliberações específicas do Conselho sobre estes temas, seja quando se discutem questões relacionadas com a garantia de potência, a revisibilidade dos CMEC ou seja o que for, e a posição do Conselho de Administração Executivo da EDP é o que basta? Os senhores não têm tido pronunciamento ou publicitação dessas reflexões, é isso?!

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não, acompanhamos esse processo e há debate, em determinados momentos, consoante a criticidade do tema em questão. Como sabe, recentemente, houve momentos em que os temas estiveram mais na agenda pública e, portanto, também na agenda da EDP, sendo objeto de debate em Conselho Geral e de Supervisão. É essa a função do Conselho, acompanhar a atividade da empresa, não apenas a relação com o Conselho de Administração Executivo mas com a generalidade dos chamados *stakeholders* da empresa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Tem havido posições de controvérsia ou de dissonância — não falo dos chamados membros independentes, falo dos representantes institucionais dos acionistas — em relação a estas matérias?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Sim, claro. Como é óbvio, os representantes dos acionistas têm por principal preocupação defender os interesses dos acionistas, é para isso que lá estão. Para fazer o contrapeso ao interesse puramente acionista temos os membros independentes do Conselho.

Uma empresa com a dimensão da EDP é demasiado importante para reduzir o interesse da empresa ao seu mero interesse acionista e é por isso que o grupo se organiza numa estrutura dualista em que os membros independentes do Conselho são maioritários em relação aos membros que representam os acionistas.

Esse é o sinal claro que os estatutos dão de que o interesse da empresa está para lá do interesse meramente acionista e, para o proteger, configura-se um modelo de organização dualista onde os independentes são maioritários em relação aos representantes dos acionistas.

Portanto, quando se trata de interesses acionistas, como, por exemplo, os interesses que têm a ver com as questões regulatórias ou com o questionamento dos contratos, é óbvio que os representantes desses interesses se manifestam; os independentes apreciam, com alguma independência, precisamente porque não estão a representar o interesse acionista direto, e, naturalmente, o interesse público é ponderado. Muitas vezes, o interesse público é colocado em consideração e os representantes independentes do Conselho têm essa responsabilidade.

A EDP é uma empresa pública, que tem a expressão que tem na economia portuguesa, que tem a interação que conhecemos com o Estado, precisamente porque o Estado foi proprietário/acionista durante um período muito longo, e, portanto, no Conselho não podemos ignorar a envolvente pública, do interesse público, num setor que, ainda para mais, tem à sua responsabilidade um bem público como o da energia.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Posso, então, perguntar-lhe qual é o resultado de toda essa diversidade, de toda essa reflexão, de todo esse trabalho que internamente se realiza no Conselho? Em relação a esta matéria, isso tem-se depois traduzido em quê, para além das afirmações do outro órgão que é o Conselho de Administração executivo?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Tem havido uma clara manifestação de apoio do Conselho às posições que o Conselho de Administração executivo tem assumido sobre esta matéria, na defesa daquilo que o Conselho de Administração executivo entende ser o interesse da sociedade. Naturalmente, os interesses dos acionistas têm-se manifestado nesse domínio. Aliás, foi pública a manifestação dos interesses acionistas quando a questão dos contratos foi posta em causa. É a reação natural num órgão caracterizado por esta composição.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Do seu ponto de vista, qual é a opinião que pode formular sobre o trabalho das entidades reguladoras, ERSE e Autoridade da Concorrência, nomeadamente sobre este tema e as opiniões já manifestadas por alguns dos seus principais responsáveis, anteriores e atuais?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não questiono as posições dos órgãos reguladores. Não estou em condições de o fazer, na função que desempenho.

Acho que cada órgão desempenha as suas funções em função da responsabilidade própria que cada órgão tem. A posição de um órgão executivo de uma empresa cotada, como a EDP, que tem de responder perante interesses acionistas muitas vezes bastante agressivos, é naturalmente diferente da posição de um órgão regulador. O que é preciso é que cada órgão o faça, no âmbito das suas competências e das suas funções, no quadro de uma legislação que está em vigor. Se isso for feito sem promiscuidade, sem reserva e sem incompatibilidade de funções e competências, a função regulatória é sempre respeitada.

Temos é de reconhecer que haverá sempre, aqui como em qualquer economia, uma tensão entre o legislador e o regulador — e, como se

lembram, houve momentos neste processo, designadamente em todo o processo de elaboração dos CMEC, em que essa tensão esteve evidente, relativamente à interação com a ERSE nessa fase — e há sempre uma tensão entre o regulador e o setor. Isto é próprio da natureza dos processos económicos em que há conflitos e divergência de interesses, pois eles têm de ser arbitrados e conciliados, o que gera tensão, ruído e, por vezes, até dificuldades de relação.

Primeiro, do meu ponto de vista, é preciso perceber que uma coisa são as pessoas — os dirigentes, os responsáveis e os decisores — e outra coisa são as instituições, mas infelizmente, como sabemos, em Portugal há muitas vezes muita confusão entre posições pessoais e posições institucionais, e isto é absolutamente crítico. Do ponto de vista institucional, não tenho de fazer nenhum comentário à atividade do regulador. O regulador fará o que entender, na interpretação que, seguramente, faz das suas competências legais e dos quadros normativos em vigor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Queria agora tratar de uma outra questão, que tem a ver com afirmações de um ex-Ministro da Economia que também já cá esteve, Álvaro Santos Pereira, e que temos relembrado por mais do que uma vez, sobre a promiscuidade, o lóbi da energia, etc.

Ouvi, ainda há pouco, o Dr. Luís Amado, reafirmar com muita clareza e veemência que não tenciona voltar às funções políticas e julgo que ninguém levantará qualquer dúvida sobre isso. Também ninguém dirá ou pensará, por um segundo só, que seja, que o Dr. António Mexia alguma vez tencione voltar a ser governante. Ou o Dr. Catroga, ou a Dr.^a Celeste Cardona, ou o Dr. Braga de Macedo, ou o Dr. Augusto Mateus... ninguém imagina que o Eng.º João Conceição possa voltar a ser Adjunto do Ministro da Economia. O problema não é o vaivém, é o padrão e o senhor compreenderá, de certeza, esta análise.

O senhor é mais uma das muitas pessoas em que se identifica este padrão, esse percurso, essa experiência e a minha pergunta, não do ponto de vista individual, mas, sim, em relação ao padrão de mobilidade que estamos aqui a analisar, é a seguinte: não vê problema nesta situação de especialistas do Governo para a EDP — e, aí sim, da EDP para o Governo —, de ex-Ministros... tantos, tantos, tantos que até chama a atenção sobre como essa preferência é necessária? Como é que avalia o trabalho legislativo, sobre energia elétrica, de ministros e secretários de Estado em total simbiose com uma empresa privada, a EDP? Como é que classificaria o facto de a EDP ter redigido o *draft*, ou o borrão, de uma resolução do Conselho de Ministros, onde o senhor estava presente? E, já agora, pergunto-lhe se sabia desse percurso, porque, naturalmente, não tinha obrigação de saber que aquilo tinha sido escrito, no esboço, pela EDP.

Como é que avalia o facto de dois governantes, dois Secretários de Estado da Energia, um do Governo PSD/CDS e outro do Governo PS, terem sido demitidos por se terem atrevido a enfrentar as verdades da EDP? Ou tem dúvidas de que tenha sido essa a razão da demissão?

Sr. Presidente, mesmo para terminar, não estamos a falar de análises legais ou de ilegalidade de incompatibilidades, estamos a falar do percurso e do tal padrão de percurso.

Dr. Luís Amado, a outra pergunta que lhe faço é muito objetiva e compreendê-la-á, certamente. Enquanto o senhor esteve em funções nos Negócios Estrangeiros, quer como Secretário de Estado, quer como Ministro, houve várias e sucessivas fases de privatização da EDP, e a minha pergunta é a seguinte: nos Negócios Estrangeiros, houve algum papel que tenha sido assumido nesse processo relativamente à preparação dessas respetivas fases de privatização?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não. Não assumi nenhuma responsabilidade nesse domínio nem participei em nenhum desses processos. Enquanto estive no Ministério dos Negócios Estrangeiros, não tive nenhuma participação em qualquer dos processos de privatização da EDP. A questão é esta: não me sinto, nem nunca me senti, ferido de incompatibilidade para exercer essa função, e a minha veemência na resposta ao Deputado Jorge Costa teve a ver com isso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas a minha questão era outra!

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Nunca tive nenhuma situação de incompatibilidade e, por isso, achei forçada essa interpretação de que, mesmo sem ter nenhuma participação direta na preparação das decisões relativas ao setor, por ter sido Ministro dos Negócios Estrangeiros, eu pudesse estar, de alguma forma, ferido de incompatibilidade ou, até, ter alguma ilegitimidade.

Relativamente ao exercício de funções na área empresarial, em órgãos não executivos, por pessoas que desempenharam funções políticas, acho que essa é uma situação que tanto encontramos em Portugal como em qualquer país da Europa, em qualquer país do mundo, precisamente porque não subestimo o capital de experiência que um político acumula, seja como Deputado ou como representante do Governo. Não temos de fazer interpretações de suspeição ou de reserva. Não!

Andei muitos anos na função política e ela dá-nos um capital de experiência e de conhecimento que qualquer instituição aprecia, seja ela pública ou privada, em particular no contexto do tempo em que estamos a viver, onde a pressão da esfera pública sobre a vida privada é cada vez mais intensa, pela natureza dos acontecimentos e das transformações que estão em curso, quer na economia, quer no sistema financeiro, quer na realidade

política. Portanto, acho perfeitamente natural que as pessoas possam ser atraídas para desempenhar funções no setor privado, desde que a lei seja cumprida, desde que os critérios que têm que ver com o regime de incompatibilidades seja respeitado e desde que não haja aproveitamento ilegítimo de informação ou de competências que tenha acumulado durante o exercício dessas funções. Repito: aproveitamento ilegítimo!

Presumo que todos os colegas que tenho no Conselho e que desempenharam funções políticas sejam pessoas que não têm, como se diz em bom português, «rabos-de-palha» nesse domínio, que desempenharam as funções públicas com dignidade e que continuam a sua vida profissional, desempenhando essa função numa empresa privada. Todos os grupos privados têm hoje interesse em ter pessoas que acumulam essa experiência política.

Sr. Deputado, não subestimem a importância que a atividade política tem na vida contemporânea, ela é muito relevante e é tão importante para os partidos, para as instituições do Estado, como, cada vez mais também, para as instituições privadas, porque as questões que hoje se desenvolvem na incerteza do que é a esfera pública são cada vez mais relevadas pelo interesse privado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, para a última intervenção desta primeira ronda.

É a vez do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado António Topa.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Luís Amado, cumprimento-o, em meu nome pessoal e do Grupo Parlamentar do PSD, e agradeço-lhe a sua presença nesta Comissão.

O senhor é das pessoas a quem não temos muitas coisas para perguntar, porque tem ligações a este setor há muito pouco tempo e na

qualidade de Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, mas, de qualquer forma, e atendendo a estas suas novas funções, na qualidade de Presidente e antigo Vice-Presidente desse órgão, gostaria de lhe colocar uma outra questão.

De acordo com o jornal *Expresso*, no final da assembleia geral de acionistas em que foi nomeado, o Sr. Doutor afirmou que se abria um novo ciclo na EDP, considerando que os problemas que causam algum ruído teriam que ser resolvidos com espírito de diálogo.

Na conferência de imprensa que se seguiu à sua nomeação declarou o seguinte e passo a citar: «Estou muito estimulado a contribuir, na medida do possível, para a resolução de alguns desses problemas, para as circunstâncias que se encontrem para a resolução de alguns problemas, que estão identificados e que têm produzido algum ruído que não é favorável nem à empresa nem a nenhuma das partes».

Sr. Doutor, pergunto-lhe: quais são os problemas identificados, que causam algum ruído e que são desfavoráveis à empresa e às partes?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Foram largamente identificados ao longo desta Comissão de Inquérito, sobretudo os temas regulatórios e da divergência em relação a questões que, naturalmente, tocam os interesses da EDP. Esses problemas foram identificados e estão a ser objeto permanente de interação entre a empresa, através da sua administração executiva, e os diferentes departamentos do Governo, que têm que responder por essas situações. Foi isso que aconteceu ao longo do último ano. Sabemos que em determinados momentos esse diálogo foi mais difícil, mas esperemos que, entretanto, as condições beneficiem a resolução desses problemas, precisamente porque a EDP precisa de estabilidade interna, acionista, que neste momento não tem, como sabemos, no contexto de uma oferta; precisa de estabilidade na relação com os órgãos regulatórios e precisa,

naturalmente, também de estabilidade na relação que tem com os diferentes *stakeholders*.

A empresa está num processo de transição que tem que ser acompanhado, se quisermos preservar a importância de um grupo que tem uma dimensão multinacional e que é uma empresa de referência para a economia portuguesa.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Poderia dizer, mais especificamente, em concreto, alguns desses problemas, mesmo regulatórios e de ligação ao Governo?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Os problemas que têm que ver com o *clawback* e com a CESE foram problemas que estiveram permanentemente ao longo do último ano no centro desse processo de concertação e diálogo. Esperemos que haja uma condição mais favorável agora relativamente à resolução de alguns desses problemas, mas são problemas que, naturalmente, criaram muito ruído na relação entre a empresa e o Estado ao longo do último ano, como sabemos, e, em particular, o problema de reversibilidade dos CMEC teve um impacto direto na forma como os próprios acionistas encararam a estabilidade dos contratos em causa, em particular o acionista que concorreu à última fase da privatização da EDP.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Por algumas das declarações efetuadas relativamente à CESE, muito recentemente — o novo Ministro do Ambiente e o novo Secretário de Estado do Ambiente fizeram uma visita à EDP, e até a comunicação social falava de um *cocktail* que existiu nessa altura —, e pelas declarações do Sr. Ministro que, aliás, li na comunicação social, o Sr. Ministro referia que, afinal, a EDP iria passar a pagar a CESE. E não vi

declarações contraditórias relativamente a essas afirmações por parte de nenhum responsável da EDP. Isto é verdade, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Essa concertação decorre, como disse à cabeça, no quadro da interação entre a administração executiva e as autoridades competentes nessa matéria. Portanto, não me pronuncio sobre isso nem introduzirei mais ruído num tema que é, por si mesmo, um tema que tem sido ruidoso nessa relação. Mas, como disse, essa interação tem existido e daí a referência que fez à intervenção do Sr. Ministro. E, eventualmente, no âmbito das intervenções aqui do Dr. António Mexia e do Dr. João Manso Neto, provavelmente algumas dessas questões terão sido também objeto de questões diretas. Não me pronuncio sobre essa questão em concreto.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Então, em sequência, já não a ponho.

Em setembro de 2018, o segundo maior acionista da EDP, o fundo americano Capital Group, comunicou ao mercado que reduzia a sua participação na EDP de quase 10% para 2,96%, mas sem avançar uma explicação.

Questionado sobre esta situação, o Dr. António Mexia deixou as seguintes notas: «As pessoas gostam de estabilidade, gostam que as regras do jogo não sejam alteradas. É suposto que as regras do jogo e os contratos sejam para manter e o que vemos hoje é, basicamente, uma reação do mercado baseada nas medidas recentes que afetaram essa estabilidade».

Gostaria que nos desse a sua opinião sobre quais as medidas a que o Dr. António Mexia se referiu.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Bom, não vou comentar o Dr. António Mexia. Ele ontem esteve aqui, poderia ter-lhe perguntado quais são essas

medidas. Mas, seguramente, têm que ver com a pergunta que me fez há momentos, têm que ver com a estabilidade do quadro regulatório, seguramente. É óbvio que os investidores internacionais, em setores muito intensivos em capital, precisam de estabilidade nos contratos, na legislação, no quadro regulatório. Essa é uma peça essencial nas opções de investimento.

A Capital Group é um investidor, é, provavelmente, um dos maiores fundos de capital. Normalmente, nas empresas em que investem estão durante períodos que não excedem os sete, oito anos, é verdade. A Capital Group já deve estar desde o início, já vai fazer sete anos que estava como investidor de referência na EDP. É um fundo de investimento de médio, longo prazo, ao contrário dos investidores que têm chegado ultimamente à EDP e a Capital esteve como investidor de referência na EDP durante muito tempo e tinha uma forte interação, aliás, com os outros investidores que estão representados no Conselho de Supervisão, embora nunca tenha querido ter um representante nesse órgão.

Foi um sinal importante para o mercado e, por isso, há pouco referi que uma das questões às quais devemos dar mais atenção é justamente a mudança na estrutura acionista que está a verificar-se na EDP. Os investidores de referência estão lá ainda, mas os outros investidores do mercado de capitais, que tinham posições mais longas, retraíram-se, precisamente no contexto de uma relativa instabilidade que se viveu e também, é preciso sublinhá-lo, no contexto de uma oferta pública que é lançada pelo acionista principal. A partir desse momento, os acionistas que estavam em alinhamento de interesses relativo entram num processo natural, automático, de divergência de interesses, a partir do momento em que um quer controlar pelo preço menor, como é óbvio.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Doutor, a EDP comunicou aos seus acionistas de referência que os seus acionistas de referência vão processar o Estado português em tribunal internacional, ao abrigo dos tratados de proteção do investimento estrangeiro.

A EDP acrescentou que irá reconhecer nas contas deste ano o impacto da decisão administrativa do Governo, que foi homologada pelo Secretário de Estado da Energia e Geologia Jorge Seguro Sanches, relativamente ao corte de 285 milhões de euros respeitante à ausência de testes de disponibilidade das centrais com CMEC.

Tem conhecimento se algum acionista da EDP processou o Estado, neste contexto?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Está a fazer referência...

O Sr. **António Topa** (PSD): — Aos cortes de 85 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Mas está a fazer referência a um processo que os acionistas, eles próprios, manifestaram intenção de poder desencadear a partir dessa decisão. Cabe aos acionistas.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Tem conhecimento de alguns desses acionistas?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — O que tenho ouvido, da parte dos acionistas, como foi óbvio, desde logo, nesse Conselho, em que a questão foi colocada, foram reações muito desfavoráveis a essa alteração. Isso é do domínio público e foi objeto de diferentes apreciações no plano público. Mas, como sublinhei, essa é uma decisão da competência dos acionistas. Os acionistas estrangeiros podem, de facto, recorrer à arbitragem internacional quando

sintam que os seus interesses são postos em causa por alterações contratuais decorrentes de decisões legislativas ou políticas. Mas, como lhe disse, não tenho conhecimento de que essa ação em concreto tenha sido desencadeada pelos acionistas até ao momento.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Doutor, tem conhecimento do impacto reconhecido daquele corte de 285 milhões de euros nas contas de 2018 da EDP?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Sim, teve impacto, como disse, na confiança de alguns dos acionistas — eu diria, dos principais acionistas. Teve esse impacto e suscitou uma deliberação tomada no Conselho, em que essas medidas foram repudiadas pelo Conselho e onde a questão da arbitragem por iniciativa dos acionistas ficou em aberto. Isso consta de uma deliberação pública do Conselho.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Voltando ao dia da sua nomeação e às suas declarações, proferiu que «a EDP é um grupo demasiado importante para a economia portuguesa para que esses temas não sejam trabalhados em espírito de diálogo e de concertação».

Tudo isto aconteceu já depois do anúncio da OPA da CTG sobre a EDP.

É público que, pelo menos, houve uma reunião entre o representante da CTG e do Governo, nomeadamente o então Secretário de Estado Siza Vieira.

O Sr. Doutor teve conhecimento prévio dessa reunião?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não tive nem tenho que ter, porque os acionistas, naturalmente, têm a liberdade de promover as reuniões que

quiserem com os responsáveis que quiserem, na base das agendas que eles próprios definam. Não é um tema do Conselho, como é óbvio, os acionistas são acionistas com plena liberdade de ação nas relações que têm em Portugal.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sim, mas o Conselho representa os acionistas.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não, o Conselho tem representantes acionistas, mas o Conselho não representa os acionistas. O Conselho Geral de Supervisão tem uma responsabilidade que está para lá do interesse acionista. Foi isso que há pouco sublinhei.

Uma empresa de grande dimensão, qualquer empresa, hoje — aliás, no contexto internacional que estamos a viver, em que as questões do capitalismo, enquanto modelo económico, são cada vez mais objeto de debate público —, tem uma responsabilidade que está muito para lá do interesse puramente acionista e isso é reconhecido hoje pelas grandes organizações.

Qualquer uma das grandes empresas portuguesas hoje, como sabe, reconhece isso. O facto de a EDP ter uma estrutura dualista de governo impõe-lhe ainda mais, objetivamente, essa responsabilidade. Porquê? Porque, como há pouco sublinhei na resposta ao Sr. Deputado Bruno, o modelo dualista tem essa função. Há um órgão de supervisão e há um órgão onde estão representados os interesses — deviam estar, também, os interesses dos trabalhadores representados, na minha opinião, mas é apenas a minha opinião pessoal — e a representação dos interesses, nesse Conselho, está para lá do interesse acionista.

Os acionistas têm o peso mais considerável, mas o número de independentes tem de ser maior. À minha esquerda, tenho um número de independentes que é superior ao número acionista, o que significa, em

abstrato, que, se houver uma colisão entre a perceção que o Conselho tem do interesse da sociedade para lá do interesse acionista, podemos ter uma votação em que o interesse acionista seja adotado no Conselho Geral e de Supervisão. Em abstrato, isso é possível, precisamente porque a configuração do conselho visa proteger interesses que não se reduzem ao interesse acionista. O interesse da sociedade está para lá do interesse acionista. Foi isso que sublinhei.

Por isso, o Conselho não representa o interesse acionista apenas; o Conselho representa a sociedade e o interesse da sociedade não se reduz. Embora, numa conceção mais radical do capitalismo de mercado, se tenda a reduzir o interesse da sociedade ao interesse acionista, não é essa a perspetiva que o modelo em causa, de inspiração mais do capitalismo germânico, reflete. Reflete uma composição de interesses que não se subsume no interesse acionista.

O Sr. **António Topa** (PSD): — O Sr. Doutor declarou que havia um novo ciclo na empresa, considerando que os problemas iriam ser resolvidos com o espírito do diálogo. Isso quer dizer que o Dr. Catroga não atuava com esse espírito?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não! O Prof. Catroga, não. Não estava implícito nada.

Lembro-me dessa entrevista, aliás, foi a única que dei, mas o jornalista... Como sabe, também andei muito tempo por aqui, portanto, sei como é que estas coisas funcionam. O título das notícias é sempre um compromisso entre aquilo que o jornalista quer que nós digamos e aquilo que nós efetivamente dizemos. Portanto, há ali um compromisso que normalmente se reflete no título. E o título... O jornalista já me fez essa pergunta precisamente para fazer o título. O título tinha de ser esse, porque

a pergunta já foi feita e eu não podia responder a outra coisa. Diga-me lá: o senhor respondia a outra coisa a uma pergunta dessas? Teria de dizer que sim, que vai tentar contribuir para resolver os problemas de diálogo. É óbvio.

Agora, tenho a noção, como realista, até, que sou nas relações políticas, das dificuldades, dos problemas e da dimensão dos obstáculos que temos. Não tive grande ilusão sobre isso, mas, de facto, gostava de ter ajudado a resolver alguns problemas, como é óbvio, mas isso compete à sociedade, por um lado, e ao Estado e ao Governo por outro.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Doutor, referiu a criação de um espírito de diálogo e de um novo caminho. No fundo, como é que o Sr. Doutor pode ajudar a criar esse espírito de diálogo e o novo caminho com o Governo, por exemplo? Com o Governo, no sentido... É que essa, se calhar, não é matéria do Conselho Geral e de Supervisão.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — A função do Conselho Geral e de Supervisão é, justamente, a de perceber e ajudar a resolver os problemas da empresa no seu conjunto.

Naturalmente, as relações com os acionistas são importantes, tenho muita interação com os acionistas, mas tenho de olhar, como é natural, para a interação da empresa com os chamados *stakeholders*, com os clientes, com os trabalhadores, com os fornecedores, com Governos de diferentes países onde, eventualmente, a empresa desenvolve a sua atividade, com instituições regulatórias. Essa é a função do Conselho Geral e de Supervisão. O Conselho tem uma função de supervisão da atividade do Conselho de Administração executivo, que é a sua principal função, a de supervisão da atividade executiva, mas tem, simultaneamente, de zelar pelo equilíbrio dos interesses no grupo.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Doutor, em entrevista ao *Expresso*, o seu antecessor, o Prof. Eduardo Catroga, referiu que gostava que fossem criadas condições para que a EDP não fosse o caso de outras grandes empresas, como a Cimpor, como a PT, que ficou transformada em «PTzinha», segundo ele dizia, e confinada às operações domésticas.

Não haja dúvidas de que, na opinião dos responsáveis da EDP e, possivelmente, do Governo que tem de analisar estas situações, se a conflitualidade existir e for permanente, naturalmente pode complicar a ligação da empresa com o Governo, por exemplo.

De acordo com o jornal *Observador*, o Dr. António Mexia relaciona a venda do segundo maior acionista da EDP, o Capital Group, com cortes nas rendas decididos pelo atual Governo.

Na sua opinião, e nestes termos, a atuação do Governo poderá ajudar a criar instabilidade, criando condições para que possa acontecer à EDP o mesmo que aconteceu à PT?

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Não, não acredito, porque temos a noção do resultado muito nefasto que esses dois casos apontados tiveram, não apenas para as respetivas empresas e para quem nelas trabalha mas também para o conjunto da economia portuguesa. Portanto, acho que esse exemplo deve ter-nos alertado a todos e não tenho dúvida de que o Governo é sensível à situação que referiu, à situação de transição em que a empresa se encontra, de relativa instabilidade e de necessidade de garantia que o processo de reestruturação da EDP decorra de feição mais favorável do que os dois casos que evidenciou. Portanto, não acredito que não tenhamos condições para garantir uma solução diferente das que mencionou.

É óbvio que há, como disse, alguma instabilidade acionista que é preciso acompanhar, há um contexto de oferta sobre o qual não posso necessariamente, nem devo, pronunciar-me e, nesse cenário, é preciso ter em

consideração os desenvolvimentos que a empresa vai conhecer no futuro mais imediato. É preciso estar atento a essas dinâmicas de mercado, por um lado, e a dinâmicas próprias do grupo num setor onde a pressão externa para a mudança e para a reestruturação é muito forte com a transição energética. Sabemos que vamos para um quadro de política completamente diferente, provavelmente a muito curto prazo, daquele que temos hoje e o modelo de negócio tem de ser reinventado.

A empresa está sujeita a muitas pressões e seguramente que o Governo está bem atento, como se tem visto pelas declarações do Sr. Ministro Adjunto e da Economia e do Sr. Secretário de Estado. Essa concentração dos processos de transformação que estão em curso no setor... Têm seguramente a consciência exata dos desafios que se colocam aos operadores em geral e, em particular, a um operador com a importância que a EDP tem. Não tenho, sobre isso, a mínima dúvida.

O Sr. **Presidente**: — Temos a indicação de que apenas o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tem intenção de fazer a segunda ronda.

Assim sendo, o Sr. Deputado Bruno terá 5 minutos para levantar questões e peço ao Sr. Doutor para ir tomando notas, porque na segunda ronda não há diálogo.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, julgo que serei muito breve. Há duas questões apenas que ainda pretendo colocar ao Sr. Dr. Luís Amado.

A primeira questão tem a ver com o desenrolar desta discussão sobre o problema das rendas e como esta questão vai poder ser elucidada. Por um lado, as entidades reguladoras, a ERSE e a Autoridade da Concorrência,

escrutinam e sublinham a existência de rendas excessivas. O mesmo diz um conjunto de ex-governantes, ministros e secretários de Estado da energia aqui ouvidos, e, também, estudos e a opinião de reputados especialistas. Por outro lado, a EDP, com os estudos de que têm vindo a falar — ainda ontem tivemos algumas horas de debate sobre isso —, suporta a tese de que não há rendas excessivas e, pelo contrário, a EDP até perdeu com estes processos.

Considera possível uma arbitragem técnica, científica, sobre estas duas posições? É isso que a EDP pretende com os sucessivos estudos que vai recebendo de entidades que tem vindo a apoiar e com quem tem este tipo de relação privilegiada, como ainda ontem tivemos ocasião de refletir?

Em segundo lugar, pergunto se o Sr. Dr. Luís Amado, que foi ministro e secretário de Estado de vários Governos deste País, como ex-governante que teve funções desse tipo, considera que uma empresa como a EDP pode recusar-se a pagar um imposto baseando-se no facto de não estar de acordo com ele. Tivemos essa afirmação ontem, mais uma vez. Para lá da manobra... Só ao abrigo dos grandes contribuintes, da caução bancária, da garantia. O senhor não considera que a EDP devia assumir, mesmo que, depois, tivesse esta hipótese de reclamar para os tribunais? O senhor considera que o pagamento dos impostos em dívida pelos cidadãos e pelas empresas pode ser feito na lógica de «assume lá este compromisso que eu depois pago os impostos», como parece ter acontecido agora com a nova tutela da energia e a EDP? Acha que as empresas podem ter este direito de pressionar ou de chantagear desta forma?

O Sr. Dr. Luís Amado considera adequado que alguém que desempenhou altas funções públicas, ligado politicamente a um dos partidos do arco da governação, possa pressionar o Governo a não tomar medidas em defesa dos cidadãos e das suas empresas, em nome da baixa cotação acionista da EDP?

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Dr. Luís Amado, para responder.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, em relação às opções ou à diferença de opiniões mesmo no campo técnico relativamente ao tema das rendas, para mim, é claro, sublinhei-o: as decisões da Comissão Europeia são, do meu ponto de vista, a chave de interpretação que devemos seguir do ponto de vista institucional. As decisões de passagem de CAE para CMEC decorrem do quadro de integração europeia, da pressão da Comissão Europeia, para a liberalização do setor e para a transição para o mercado *spot*. Do meu ponto de vista, essa interpretação está feita e está plasmada nas decisões que a Comissão Europeia adotou relativamente aos CAE, relativamente aos CMEC e relativamente ao domínio público hídrico.

Divergências do ponto de vista técnico, elas existem. Este acumular de estudos tem muito a ver com o ruído à volta do tema das rendas excessivas e com a necessidade de justificação que as duas partes encontram para recorrer a mais estudos.

Agora, em termos factuais, objetivos e práticos, o que deve servir de referência, do ponto de vista institucional e político, do meu ponto de vista, são as deliberações da Comissão Europeia. As decisões da Comissão Europeia são o que são. Podemos concordar com elas ou não concordar com elas, mas, a partir do momento em que há uma contestação apresentada a Bruxelas relativamente a decisões que foram tomadas no âmbito da aplicação ou da implementação de legislação europeia, há uma investigação aprofundada aos temas em causa e há a decisão que houve. Importava fechar esse assunto, sob pena de estarmos a transformar a EDP numa bola de jogo político que está para lá dos interesses da EDP e está para lá dos interesses da economia portuguesa.

É essa a minha perspectiva e, no quadro das responsabilidades que tenho, a minha referência é essa: respeito por todos os estudos técnicos. Mas, como sabemos, dois juristas dizem coisas completamente diferentes. Três, está a dizer-me o Sr. Presidente. É verdade, tenho essa experiência. Dois economistas poderão fazer, eventualmente, a mesma apreciação no mesmo contexto.

A arbitragem, aqui, do meu ponto de vista, é a arbitragem da Comissão Europeia, porque tem de haver uma arbitragem. Isso já me ajuda a responder à segunda questão.

O que é essencial é, justamente, a interpretação dos contratos. E, no âmbito da interpretação dos contratos, sou favorável a uma tentativa de conciliação nessa interpretação. Se essa conciliação não é possível, é óbvio que tem de haver recurso a uma terceira entidade, que pode ser uma arbitragem ou pode ser uma decisão judicial no tempo que for necessário. E eu sou favorável, Sr. Deputado — e defendi isso quando ainda era Vice-Presidente da EDP —, a que uma empresa como a EDP tenha de regular os seus litígios de uma forma absolutamente transparente e de acordo com as regras contratuais.

No caso da EDP, em relação especificamente à questão que colocou do não pagamento, não é verdade que seja a única empresa que o tenha feito, pelo contrário. Aqui, a questão colocou-se apenas no ano passado. E porquê? Já agora, fica a clarificação, que, creio, terá sido feita pelos meus antecessores. Fica a questão de salvaguardar os deveres e as responsabilidades dos membros do Conselho de Administração executivo e dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, relativamente à inação na proteção dos interesses da sociedade, tal como poderia ser interpretado num quadro de litigância dos próprios acionistas mais tarde.

E esse cenário de litigância não deve ser afastado, porque os interesses que estão em presença numa empresa com a dimensão da EDP, com uma

geografia muito variada, têm naturalmente na litigância uma fonte permanente de ação.

Portanto, a empresa entendeu que, no limite do prazo para poder ativar o mecanismo de salvaguarda dos interesses da sociedade, tal como em tribunal poderia ser invocado por partes terceiras, era essa a orientação que nesse específico momento poderia e deveria ser adotada.

Assim, não há nada de anormal nesse processo, do meu ponto de vista. E não é nessa forma mais acintosa de quem se recusa a pagar os impostos, não; é na defesa dos interesses da sociedade, tal como ela é interpretada no quadro da aplicação dos contratos em vigor e no quadro das responsabilidades de gestão que uma sociedade, como uma sociedade cotada, tem perante os acionistas.

Qualquer acionista do mercado de capitais pode fazer uma interpretação litigante da inação do Conselho de Administração executivo na defesa dos interesses que sente que estão a ser lesados por medidas regulatórias ou por medidas legislativas que não acautelam os contratos em vigor.

Portanto, nesse contexto, a gestão tem alguma margem de discricionariedade para poder atuar de uma forma mais conciliatória, mais negociada ou, pura e simplesmente, de litigância.

E, do meu ponto de vista, é bom que assim seja. É bom que os contratos sejam claros. Quando não são claros para as partes, haverá que os interpretar de forma conciliatória; se não é possível a conciliação, há uma decisão arbitral em tribunal.

É assim que as sociedades têm de funcionar. E, em domínios de tão grande complexidade, normativa, jurídica e técnica, como é o domínio elétrico e, em particular, domínios onde o Estado teve uma posição muito forte na propriedade de uma empresa como a EDP e que hoje é totalmente privada, é natural que haja aqui um processo de tensões, que se foram

acumulando ao longo de uma década e que esta Comissão de Inquérito à volta deste tema projeta. Mas, depois, há um futuro e, quando isto se fechar, nós temos de ser capazes de perceber que há uma página da história da EDP que se fecha e há outra página que se abre.

Este assunto ficará encerrado seguramente. Espero que o fique também politicamente. Se ficar politicamente e juridicamente, há mais vida para além da Comissão de Inquérito e do respetivo relatório. Mas é óbvio que as consequências deste processo têm de ser extraídas em toda a sua dimensão. Nós fá-lo-emos no quadro das nossas competências e responsabilidades próprias na empresa. Mas era bom que, também na esfera pública, o ruído à volta da EDP fosse ultrapassado e entrássemos numa outra fase, em que os desafios que aí estão para o futuro da EDP são tão grandes, para uma empresa com a importância da EDP, onde trabalham 12 000 pessoas e onde as expectativas em relação ao futuro estão em parte a ser de alguma forma desgastadas por este ruído sobre a imagem de uma empresa cotada, com acionistas de diferentes geografias e que se inquietam de facto com a capacidade de a empresa reagir à situação em que está imersa.

Era este também o apelo que vos fazia. Isto é, que, concluídos os vossos trabalhos, haja, de facto, um relatório, que esse relatório tenha a extração de conclusões e de consequências devida e que a EDP possa continuar a ser uma grande empresa multinacional, com base em Portugal e cotada em Lisboa, e que seja uma marca de referência, como é hoje no setor elétrico europeu e, em particular, no setor das energias renováveis.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Espero que os meus colegas não me levem a mal — porque, às vezes, faço isto —, mas há duas questões que são uma só, uma que não ouvi ser colocada e que, enquanto Presidente desta Comissão, gostava de ver esclarecida e acho que é de resposta simples. É que, compreendendo todo o

enquadramento que faz, das tensões que existem permanentemente, quer nesse setor quer em muitos outros, a verdade é que constatamos que, nos últimos meses, felizmente para todos, houve aqui um passo.

Havia uma CESE que não era paga por opção da EDP, porque achava que não o devia fazer, mas, com a recente alteração dos membros do Governo que tutelavam esta pasta, ela passou a ser paga, o que, diga-se, acho positivo. A questão não é o «deixar de ser» e «passar a ser»; a questão tem, sim, a ver com aquilo que o Sr. Doutor disse na entrevista já aqui referida e no papel que teve. E a pergunta que tenho de lhe fazer é esta: o Sr. Doutor teve alguma interferência nesse particular, isto é, no diálogo que faz, e bem, enquanto Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, com os diferentes *stakeholders*, onde tenho também de incluir o Governo? Houve algum papel seu neste processo que, volto a dizer, acho extremamente positivo para ajudar a esvaziar este clima de tensão que não beneficiava ninguém? O Sr. Doutor esteve, de alguma forma, envolvido nisso, nesse diálogo que permitiu que, agora, a empresa voltasse a pagar, independentemente de argumentar, na justiça, da justeza da aplicação?

E permita-me que também lhe pergunte se, de alguma forma, nesse diálogo, alguma vez foi falado que havia necessidade de mudar o interlocutor do lado do Governo, porque não se estava a ir para lado nenhum no diálogo e, pelo contrário, estava a «bater-se na parede».

Eram estas duas as questões que gostaria de deixar.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Está a fazer isso enquanto Presidente da Comissão, ou como terceira ronda do PSD?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estou a fazê-lo enquanto Presidente de uma Comissão, como já fiz em muitas outras audições, onde me parece que há matérias que podiam ser esclarecidas, e, tal como disse na

minha introdução, esperando que os meus colegas não me levem a mal. É que esta posição de estar aqui — e perdoem-me dizê-lo — a assistir a tudo, a todas as vossas intervenções, às perguntas, às respostas, é um papel diferente, porque, por vezes, até me apetece fazer mais uma pergunta, na sequência das perguntas feitas pelo Sr. Deputado António Cardoso, pelo Sr. Deputado António Topa, pelo Sr. Deputado Hélder Amaral, pelo Sr. Deputado Bruno Dias, enfim, seja por quem for, porque, daqui, tem-se uma visão diferente, assim como o Sr. Doutor que está aqui, também terá.

Portanto, sinto que tinha obrigação de colocar estas duas questões, que afloram matéria muito próxima da que foi afluída, mas que não foram respondidas. E acho que isto era importante para os trabalhos desta Comissão.

O Sr. Dr. **Luís Amado**: — Sr. Presidente, a resposta é muito simples: não, não tive interferência nenhuma, como é óbvio. Essas decisões são decisões da esfera política, só. Só da esfera política.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Agora, sim, a minha curiosidade ficou satisfeita. E acho que era importante haver a resposta a estas duas questões.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Podia fazer isso mais vezes!

O Sr. **Presidente**: — Mas eu já fiz várias vezes. E acho que, por hoje, é tudo.

Quero agradecer ao Sr. Dr. Luís Amado a sua participação, a forma como facilmente compreendeu as dificuldades de agendamento que fomos tendo porque alterámos a data e queria agradecer-lhe essa simpatia e a forma como acedeu.

Agradeço também aos Srs. Deputados a forma como decorreu a audição, ao *staff* de apoio, e às Sr.^{as} e aos Srs. Jornalistas que nos acompanharam até ao fim.

Por fim, relembro que, na próxima quarta-feira, a partir das 17 horas, teremos connosco o ex-Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches.

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 18 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.